



Governo do Estado de Roraima
Companhia de Desenvolvimento de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, **sob demanda**, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, instalação e desinstalação (**remanejamento de equipamentos**), e demais serviços correlatos, para atender à Sede Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima – CODESAIMA, bem como suas unidades (Usileite, Incubatório e Mafir).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E QUANTITATIVOS

2.1 Serviços de manutenção preventiva e corretiva, **sob demanda**, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, **remanejamento de equipamentos** já existentes e demais serviços correlatos, para atender à Sede Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima, bem como suas unidades – o qual contemplará os seguintes quantitativos de centrais:

LOTE 01				
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade de centrais	Quantidade de serviços anuais
01	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000btus	Serviços	03	12
02	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000btus	Serviços	34	136
03	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000btus	Serviços	13	52
04	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000btus	Serviços	04	16
05	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000btus-piso teto	Serviços	02	08
06	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000btus	Serviços	02	02
07	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000btus	Serviços	20	20
08	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000btus	Serviços	08	08
09	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000btus	Serviços	02	02
10	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000btus-piso teto	Serviços	01	01
11	Remanejamento (Instalação e/ou desinstalação) de aparelhos de ar condicionado SPLIT de 24.000btus	Serviços	16	16
Nos valores acima estão incluso fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, e demais serviços correlatos descritos no Termo de Referência para cada tipo de manutenção.				

2.1.2. Os itens 06, 07, 08, 09, 10 e 11, serão executados sob demanda, sendo o quantitativo acima exposto considerado como limite máximo a ser utilizado.

2.1.3 A marca, modelo e setores que serão realizadas as manutenções preventivas e corretivas, encontram-se relacionadas no Anexo II.

2.1.4 A manutenção corretiva anual foi estimada em 40% do quantitativo de centrais.

3. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, bem como serviços de instalação, desinstalação e remanejamento de equipamentos de climatização, justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento dos sistemas de ar-condicionado instalados na sede da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima – CODESAIMA e em suas unidades operacionais (Usileite, Incubatório e Mafir).

3.2 A adequada manutenção desses sistemas é indispensável para garantir a continuidade das atividades institucionais, a conservação dos equipamentos, a eficiência energética e a salubridade dos ambientes climatizados, proporcionando condições adequadas de trabalho aos colaboradores e de atendimento ao público.

3.3 A contratação também se faz necessária para atendimento às normas vigentes, especialmente à Portaria nº 3.523/1998, que estabelece a obrigatoriedade da implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), e à Resolução RE nº 9/2003, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados de uso coletivo.

3.3.1 Nesse contexto, considerando a obrigatoriedade legal de existência do PMOC, **caso o plano não esteja implantado ou atualizado**, a contratação deverá contemplar sua elaboração e/ou atualização. **Caso já exista**, a empresa contratada deverá proceder com sua execução, manutenção e adequação às condições operacionais dos sistemas de climatização.

3.4 Ressalta-se, ainda, que a natureza sob demanda dos serviços decorre da imprevisibilidade de falhas nos equipamentos e da necessidade de intervenções imediatas, inclusive com substituição de peças e recarga de gás refrigerante, bem como da realização de remanejamentos conforme as demandas operacionais das unidades.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 [Lei das Estatais nº. 13.303/2016](#), [Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA/2018](#), [Regulamento de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação da CODESAIMA/2018](#), sem prejuízo das demais normas aplicáveis à espécie.

5. NATUREZA DA DESPESA

a) Fonte de Recursos: 1.500

b) Programa de Trabalho: 16.122.010.4157

c) Natureza da Despesa: **33903000 e 33903900**

6. RELATIVO AO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS:

6.1 A pretensa contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante e serviços afins em centrais de ar condicionado prevista neste Termo de Referência, deverá ser prestada por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

6.1.1 Especificação e requisitos técnicos: os materiais/peças utilizados nos equipamentos deverão ser novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

6.2 Requisitos Temporais:

6.2.1 As manutenções serão prestadas de segunda a sexta-feira nos horários das 07h30 às 13h30, respeitando o horário de funcionamento da Companhia, salvo em casos excepcionais, aos feriados e domingos com prévio aviso a contratante para a devida autorização;

6.2.2 Caso seja necessária à execução dos serviços nos finais de semana (sábado e domingo) ou feriados, a fim de não causar interrupção às atividades da Administração, deverá o Contratado solicitar a autorização para acesso às dependências da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informando a relação dos empregados que executarão os serviços (nome completo e nº da cédula de identidade ou documento equivalente), assim como o horário de trabalho e crachás de identificação;

6.3 Requisitos relativo à execução dos serviços:

6.3.1 O Contratado deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, **sob demanda**, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, **remanejamento de equipamentos** (desinstalação e instalação), e demais serviços correlatos, na **SEDE** da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, localizada na Avenida Mário Homem de Melo, nº 1489, Bairro Mecejana, bem como nas unidades da **USILEITE**, localizada Av. das Indústrias, 462, Gov. Aquino Mota Duarte; **INCUBATÓRIO**, situado na RD BR 174 Monte Cristo, S/N, e **MAFIR**, situado na RD BR 17, nº 15, sentido Mucajaí;

6.3.2 Para a execução dos trabalhos acima citado, deverá ser observado rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 35 do Ministério do Trabalho, na qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade;

6.3.3 Todas as normas de segurança deverão ser seguidas, conforme legislação em vigor. O Contratado deve fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - todos os materiais de segurança individual (botas, luvas, máscaras, cintos de segurança, cordas, etc.) exigidos pela legislação sem ônus para o Contratante;

6.4 Descrição dos serviços preventivos:

6.4.1 Caberá à empresa contratada realizar os serviços de manutenção preventiva que consistem na execução, pela CONTRATADA, de procedimentos rotineiros estabelecidos em cronograma de manutenção.

6.4.2 A manutenção preventiva busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde.

6.4.3 As manutenções preventivas ocorrerão a cada 04 meses conforme modelo anexo II.

6.4.4 A execução periódica dos serviços de manutenção dos aparelhos de Centrais de ar condicionado contemplam as seguintes atividades:

a) Inspeção Técnica:

- Avaliação visual e funcional dos componentes do sistema.
- Verificação de ruídos, vibrações e anomalias no funcionamento.
- Checagem de integridade das instalações mecânicas e elétricas.
- Reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

b) Limpeza e Higiênização

- Limpeza dos filtros de ar (lavagem ou substituição, conforme necessidade).
- Limpeza das serpentinas da evaporadora e da condensadora.
- Limpeza das bandejas de condensado e desobstrução das linhas de drenagem.
- Limpeza dos ventiladores, hélices e grelhas de ventilação
- Lubrificação de mancais, rolamentos e partes móveis conforme as especificações do fabricante.;
- Limpeza em geral;

c) Sistema de Refrigeração

- Verificação das pressões do fluido refrigerante, das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes;
- Teste de vazamento e estanqueidade.
- Reposição de gás refrigerante, se necessário e autorizado.
- Avaliação do desempenho térmico do sistema.

d) Testes Operacionais

- Verificação do ciclo de funcionamento (resfriamento/aquecimento).
- Checagem de termostatos, sensores, timers e demais dispositivos de controle.
- Medição da temperatura e umidade ambiente para análise de desempenho.
- Monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes;

e) Ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados;

f) Exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias;

g) Testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos;

i) Relatórios Técnicos

- Ao final de cada visita preventiva, será emitido um relatório técnico contendo:
- Atividades realizadas
- Parâmetros operacionais coletados
- Análise do estado geral dos equipamentos
- Recomendações técnicas para eventuais reparos ou substituições

6.4.5 Após a realização de cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar relatório em até 03 dias.

6.5 Descrição dos serviços corretivos

a) Os serviços de manutenção corretiva sob demanda serão realizados **exclusivamente mediante solicitação formal da CONTRATANTE**. Após o recebimento da solicitação, a CONTRATADA deverá apresentar um **orçamento prévio detalhado**, contendo as seguintes informações:

- Identificação completa do(s) equipamento(s) a ser(em) consertado(s), incluindo: Marca(s); Modelo(s), Número(s) de tombamento(s) patrimonial(is) quando aplicável;
- Descrição precisa dos serviços a serem executados;
- Relação das peças a serem substituídas, contendo:
- Custos unitários e totais de peças e serviços
- Prazos estimados para execução dos serviços e entrega das peças, quando necessário

b) os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra(m)-se instalado(s), exceto nos casos em que for tecnicamente necessária a **remoção do(s) equipamento(s) para execução dos serviços na oficina da CONTRATADA**, essa remoção somente poderá ocorrer **mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE**, ficando estabelecido que **todo e qualquer custo relacionado ao deslocamento, transporte, remoção e posterior reinstalação do(s) equipamento(s)** será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, **sem qualquer ônus para a CODESAIMA**.

c) todas as peças, compressores, filtros e gás refrigerante, quando for necessário a substituição, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo aceito peças usadas ou recondicionadas, ou seja, deverão ser novas e genuínas, bem como, o orçamento prévio será submetido à verificação de que os preços constantes do mesmo, são compatíveis com os de mercado;

d) Quando a CONTRATANTE solicitar orçamento prévio para serviços corretivos, poderá determinar o prazo máximo para sua apresentação, o qual não poderá exceder 48 (quarenta e oito) horas corridas a partir do recebimento formal da solicitação pela CONTRATADA.

e) a CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir revisão, comprometendo-se a CONTRATADA a executar e fornecer o que for aprovado;

f) a CONTRATADA deverá indicar, obrigatoriamente, no orçamento prévio, o prazo para execução dos serviços orçados, contados da data da entrada do equipamento em sua oficina, quando for o caso, ou quando consertado no local onde encontra-se instalado;

g) as peças, compressores e filtros, quando substituídos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, após o conserto dos equipamentos;

h) os serviços de manutenção corretiva somente serão executados pela CONTRATADA, após a aprovação do orçamento prévio e respectiva autorização da CONTRATANTE.

6.5.1 Somente após **aprovação formal da CONTRATANTE**, a CONTRATADA estará autorizada a executar os serviços orçados. Nenhum serviço corretivo sob demanda poderá ser iniciado sem essa aprovação prévia.

6.5.2 A CONTRATADA deverá executar os trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção dos defeitos e anormalidades do sistema de ar condicionado, objeto deste Termo de Referência.

6.5.3 A requisição de serviços de natureza **corretiva** será formalizada através de ordem de serviço, enviada por meio de telefone, e-mail ou qualquer outra forma de comunicação.

6.6 Garantia do objeto e das peças substituídas

6.6.1. Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:

- a) mão-de-obra executada 06 (seis) meses;
- b) substituição de compressor 01 (um) ano; e
- c) substituição de demais peças: 90 (noventa) dias.

6.6.2. A proponente deverá oferecer garantia para os serviços e peças;

6.6.3. Respondem pela garantia do objeto a Contratada e o fabricante dos produtos.

6.6.4. Objetos cobertos pela garantia que apresentarem defeito de fabricação ou vício oculto deverão ser substituídos em até 5 dias úteis da comunicação formal do contratante.

6.6.5. Durante o período de garantia, a Contratada responde por eventuais vícios ou defeitos, devendo promover os reparos necessários sem ônus adicionais em até 10 dias úteis da comunicação formal do defeito.

6.7. Relativo aos Critérios de Sustentabilidade:

6.7.1 Quanto as práticas de sustentabilidade, essas deverão ser previstas no que couber;

6.7.2 Nos termos do Decreto nº. 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000.

7. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

7.1 O valor estimado para a contratação visada no presente Termo de Referência será realizado pela Divisão de Compras.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 As **Manutenções preventivas**, o Contratado deverá executar os serviços em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da ordem de serviço.

8.2 O Contratado deverá executar os serviços em até 03 (três) horas a contar do recebimento da ordem de serviço, em casos de **manutenção corretiva**.

8.3 Os prazos, desde que previamente e devidamente justificados, podem ser alterados de comum acordo e aceitação da CONTRATANTE.

8.4 Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido, ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte.

8.5 A empresa CONTRATADA deverá elaborar e entregar à CONTRATANTE, na Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF, o cronograma de execução da **manutenções preventivas**, no prazo de **até 10 dias** após a assinatura do contrato, conforme modelo (anexo II).

8.6 As manutenções preventivas deverão ocorrer a cada 04 meses.

9. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1 Os serviços que compõem o presente termo se dará por preço unitário, devendo a CONTRATADA atender às demandas conforme solicitação da CONTRATANTE para o fornecimento dos serviços no prazo estipulado no **item 8.1 e 8.2**.

9.2 Os serviços serão executados sob duas modalidades distintas:

9.2.1 Manutenção Preventiva (Programada):

9.2.1.1 Será realizada conforme cronograma previamente definido e aprovado pela Administração, independentemente de solicitação formal, devendo a CONTRATADA executar as rotinas periódicas estabelecidas no plano de manutenção.

9.2.2 Manutenção Corretiva e Demais Serviços (Sob Demanda):

Serão executados mediante solicitação da Administração, por meio de **Ordem de Serviço (OS)**, emitida pela Diretoria Administrativa e Financeira -DIRAF, sempre que identificado mau funcionamento, necessidade de reparo, instalação, desinstalação ou remanejamento de equipamentos.

9.3 Da Emissão de Ordens de Serviço

9.3.1 A Ordem de Serviço será obrigatória para a execução de serviços corretivos e demais intervenções sob demanda;

9.3.2 Cada OS deverá conter, no mínimo, a descrição do serviço, local de execução e identificação do equipamento e setor;

9.3.3 A execução dos serviços deverá estar vinculada à respectiva OS para fins de controle, medição e pagamento.

9.4 Os serviços serão medidos com base nas **quantidades efetivamente executadas**, conforme valores unitários contratados;

9.5 A manutenção preventiva será medida conforme sua execução periódica prevista em cronograma;

9.6 Os serviços sob demanda serão medidos conforme execução vinculada às respectivas Ordens de Serviço;

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 De acordo com o Art. 217 do Regulamento de Licitações e contratos, o recebimento do objeto **poderá ocorrer da seguinte forma:**

I. provisório: refere-se ao atesto inicialmente realizado pelo fiscal, no caso de aquisição de produtos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à CODESAIMA, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;

II. parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;

III. definitivo: relativo à integralidade do contrato, representando aceitação da integralidade do contrato e liberação do contratado tocante a vícios aparentes.

10.2 Os recebimentos deverão ocorrer, a contar da comunicação por parte da CONTRATADA e direcionada ao agente de fiscalização técnica do contrato, nos seguintes prazos:

I. até 15 (quinze) dias úteis para o recebimento provisório;

II. até 15 (quinze) dias úteis para o recebimento parcial;

III. até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

10.3 O agente de fiscalização técnica do contrato é responsável pelos recebimentos, respeitando-se os prazos previstos no item anterior.

10.4 Os recebimentos de materiais poderão ser realizados pelo almoxarifado e deverão ser ratificados pelo agente de fiscalização técnica do contrato, quando couber.

10.5 Caso o agente de fiscalização técnica ou administrativa constate o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, deverá comunicar o fato ao seu preposto, indicando expressamente as pendências a serem corrigidas, estabelecendo prazo entre **5 (cinco) e 10 (dez) dias úteis** para regularização, em consonância com os itens 6.6.4 e 6.6.5 deste Termo de Referência.

10.6 O tempo para a correção referido no item anterior deverá ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

10.7 Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos no item 10.2 que poderão, no entanto, ser reduzidos pela metade.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Gestão do presente contrato ficará a cargo da Diretoria Administrativa e Financeira-DIRAF, que será auxiliada por fiscal designado, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA/2018](#).

11.2 Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será fiscalizada por representante da CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim.

11.3 A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

11.4 O fiscal do contrato tem poderes para recusar produtos que estejam em desacordo com as especificações e recomendações deste Termo de Referência.

11.5 Ocorrências relevantes que impeçam a execução do contrato deverão ser formalizadas, preferencialmente, por escrito, ao fiscal do contrato.

11.6 Compete à fiscalização resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

11.7 Em razão da fiscalização, o gestor do contrato poderá ordenar alterações, sanções, rescisão contratual, a paralisação do serviço ou outras medidas que importem disposição sobre o contrato, desde que devidamente motivada pelo fiscal do contrato.

11.8 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

12. GARANTIA DO OBJETO E DAS PEÇAS SUBSTITUÍDAS

12.1 Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:

a) mão-de-obra executada 06 (seis) meses;

b) substituição de compressor 01 (um) ano; e

c) substituição de demais peças: 90 (noventa) dias.

12.2. A proponente deverá oferecer garantia para os serviços e peças;

12.3. Respondem pela garantia do objeto a Contratada e o fabricante dos produtos.

12.4. Objetos cobertos pela garantia que apresentarem defeito de fabricação ou vício oculto deverão ser substituídos em até 5 dias úteis da comunicação formal do contratante.

12.5. Durante o período de garantia, a Contratada responde por eventuais vícios ou defeitos, devendo promover os reparos necessários sem ônus adicionais em até 10 dias úteis da comunicação formal do defeito

12.6 A garantia do produto consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC.

13. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1 Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, a baixa/média complexidade dos serviços e a possibilidade de acompanhamento direto da execução pela fiscalização contratual.

13.2 A dispensa da garantia encontra fundamento no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 177 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA, que tratam a exigência de garantia como faculdade da Administração, a ser avaliada conforme o caso concreto.

13.3 No presente caso, a exigência de garantia contratual mostra-se dispensável, pois o objeto consiste na prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante e remanejamento de equipamentos, não envolvendo obra, serviço de engenharia de grande vulto, alto risco financeiro ou complexidade técnica que justifique a exigência.

13.4 A dispensa da garantia não afasta a responsabilidade da contratada pela correta execução do objeto, nem impede a CODESAIMA de adotar as medidas previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, incluindo fiscalização, glosa ou retenção de valores indevidos, exigência de correção ou refazimento dos serviços, substituição de peças inadequadas, aplicação de sanções, rescisão contratual e apuração de perdas e danos, quando cabível.

14. FORMA DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente executados, mediante comprovação e atesto pela fiscalização do contrato.

14.2 A CONTRATADA deverá apresentar **Nota Fiscal**, contendo o detalhamento dos serviços realizados, incluindo, quando aplicável:

- identificação dos equipamentos atendidos;
- descrição dos serviços executados (manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação, entre outros);
- relação de peças, materiais e insumos utilizados;
- período de execução dos serviços.

14.3 O pagamento ficará condicionado:

- ao **atesto do fiscal do contrato**, que certificará a execução conforme as condições estabelecidas;
- à apresentação dos **relatórios técnicos correspondentes** às atividades realizadas;

14.4 O prazo para pagamento da Nota Fiscal será no máximo 30 (trinta) dias úteis.

14.5 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira.

14.6 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

I. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

III. Deixar de manter as condições de habilitação apresentadas na licitação;

IV. Não arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, quando dedicados exclusivamente à execução do contrato.

14.7 A CONTRATADA faz jus ao pagamento pelos préstimos executados e recebidos, ainda que o contrato ou aditivo seja nulo.

14.8 Os pagamentos devidos a CONTRATADA, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

14.9 Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto e o relativo à parcela controvertida depositado em conta vinculada.

14.10 Em regra, será vedado o pagamento antecipado, salvo se devidamente justificado pela unidade técnica, em consonância com o parágrafo 2º do Art 4º do Regulamento de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação da Codesaima, e Art. 232 do Regulamento de Licitações e Contratos da Codesaima.

14.11 É permitido descontar dos créditos da CONTRATADA qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12 A nota fiscal deverá ser protocolada na Sede da CONTRATANTE, acompanhado dos documentos descritos no instrumento contratual ([Av. Mario Homem de Melo, 1489, Mecejana, Boa Vista - RR](#)), bem como poderá ser enviada via e-mail diraf.codesaima@gmail.com com as respectivas certidões de regularidade fiscal atualizadas.

14.13 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante depósito bancário/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA indicada na proposta e no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do atesto da Nota Fiscal, após o recebimento parcial e/ou definitivo do objeto.

§1º - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§2º - Ao tempo da liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá estar adimplente com as seguintes:

I. Regularidade fiscal, perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

II. Regularidade com o FGTS;

III. Justiça do Trabalho.

§3º - Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante em contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal do estabelecimento contratado e do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião do pagamento.

§4º - Ocorrendo erros ou rasuras na apresentação da Nota Fiscal, esta será devolvida para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CONTRATANTE.

§5º - No caso de atraso do pagamento, salvo se por culpa da CONTRATADA, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

§6º - Os encargos serão calculados pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438. e VP = Valor do pagamento em atraso.

§7º - No preço contratado deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, encargos sociais, seguros, fretes e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

15. VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de **05 (cinco) anos**, desde que haja interesse da Administração, vantajosidade da contratação e manutenção das condições contratuais, nos termos da Lei nº

13.303/2016.

15.2 O contrato poderá ser prorrogado em até 45 (quarenta e cinco) dias antes do vencimento, devendo a área técnica demandante, através do gestor, propor sua prorrogação por meio de documento que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

I. Justificativas: técnica, econômica e financeira para a prorrogação;

II. Indicação do prazo a ser acrescido ao prazo de vigência do contrato, respeitado o limite no [art. 185 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA/2018](#);

III. Demonstração da permanência da necessidade de prestação do serviço para as atividades da CONTRATANTE;

IV. Avaliação dos serviços prestados ao longo do último período de vigência contratual, com o registro dos fatos julgados relevantes ocorridos no âmbito da execução do contrato;

V. Demonstração de que a prorrogação do prazo de vigência do contrato é a medida mais vantajosa para a CONTRATANTE, observando-se que, em regra, deverá ser realizada consulta de preços visando comparar os valores praticados no mercado com a proposta de preço para a prorrogação do contrato;

VI. Demonstração de que a CONTRATADA mantém as condições de habilitação verificadas na ocasião da contratação, bem como de que não está impossibilitada de contratar com a Administração Pública;

VII. Indicação da disponibilidade de recursos para o novo período de vigência contratual;

VIII. Manifestação favorável e expressa da CONTRATADA quanto à prorrogação do prazo de vigência do contrato;

IX. Autorização expressa da Autoridade Administrativa.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Entregar os objetos conforme especificado no item 2.1, para o qual foi vencedor, no prazo e local pactuado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

16.2 Caberá à Contratada executar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa execução, devendo atender rigorosamente as especificações e prazos constantes neste Termo de Referência;

16.3 Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no Termo de Referência.

16.4 Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.

16.5 Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

16.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

16.7 Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

16.8 Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.

16.9 Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

16.10 Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

§1º - A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

16.11 Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

16.12 Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da CONTRATANTE, por acusação da espécie.

16.13 No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a CONTRATADA deverá colaborar com a CONTRATANTE no âmbito do processo de demonstração da vantagem da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

16.14 Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a CONTRATANTE, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

16.15 Substituir os objetos executados em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência ou que apresentem defeitos ou imperfeições no prazo de 5 a 10 dias úteis, a contar do recebimento da notificação;

16.16 Não serão aceitos peças ou materiais que poderão ser utilizados durante as manutenções, com prazo de validade inferior a 01 (um) ano, contados da data de entrega;

16.17 Não serão aceitas etiquetas das peças ou materiais que poderão ser utilizados durante as manutenções (com data de fabricação e validade), que não sejam do próprio fabricante;

16.18 Prestar a garantia necessária do objeto conforme solicitado neste Termo de Referência.

16.19 Não subcontratar o objeto do presente Termo de Referência.

16.20 Adotar práticas de gestão adequada de resíduos, com descartes corretos, e consciente das embalagens vazias dos produtos.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Efetuar o pagamento no prazo informado neste Termo de Referência.

17.2 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades dentro das normas estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência.

17.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

17.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

17.5 Verificar o cumprimento das especificações exigidas, podendo rejeitá-las quando não atenderem ao solicitado.

17.6 Prestar toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do contrato.

18. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1 Para habilitação no certame exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

18.1.1 Habilitação Jurídica:

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo a descrição de atividade compatível com o objeto da licitação;
- II. Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa ou do sócio administrador;
- III. Registro comercial, certidão simplificada no caso de empresa individual;
- IV. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social (com todas as alterações), ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente;
- V. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

18.1.2 Regularidade Fiscal:

- I. Certidão Negativa de Débito Estadual;
- II. Certidão de Regularidade da Fazenda Nacional;
- III. Certificado de Regularidade do FGTS;
- IV. Certidão de Regularidade Municipal;
- V. Certidão de Regularidade Trabalhista;

18.1.3 Qualificação Técnica:

- I. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por Pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características (e quantidades) com o objeto desta licitação;
- II. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir(em) a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;
- III. Certidão de Registro da Empresa no CREA da sede da licitante, onde conste que o licitante possui em seu quadro, profissional (Engenheiro mecânico, tecnólogo, técnico de segundo grau da modalidade mecânica, ou técnico em refrigeração), bem como certidão de registro dos respectivos profissionais no conselho.

18.1.4 Capacidade Econômico-Financeira:

- I. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias;

II. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contabilista pela escrituração através de selo DHP;

II¹. A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados:

1 – Publicados em Diário Oficial;

2 – Publicados em jornal de grande circulação.

II². As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na alínea “b”, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado;

III.³ A comprovação de boa situação financeira da empresa será avaliada com base na obtenção de índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = &\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)} \\
 &\text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = &\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)} \\
 &\text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = &\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)}
 \end{aligned}$$

19. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

19.1 Em razão das vedações legais prevista no [art. 38, da Lei Federal nº 13.303/2016](#), estará impedida de participar de licitações e de ser CONTRATADA a empresa pública ou sociedade de economia mista:

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista CONTRATANTE;
- II. Suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- III. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

19.2 Aplica-se a vedação prevista no item 19.1:

19.2.1 À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

19.2.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

I. Dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

II. Empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

III. Autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada;

IV. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou CONTRATANTE há menos de 6 (seis) meses.

20. REAJUSTE DE PREÇO E CORREÇÃO MONETÁRIA

20.1 Os preços dos objetos elencados no item 2.1 deste Termo de Referência, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

R =	(I – I_o) x P
	I_o

Onde:

I. Para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I_o = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

II. Para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I_o = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

20.2 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

20.3 Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

20.4 A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, poderá ser reajustada utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro que venha a substituí-lo.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Com fundamento da [Lei 13.303/2016](#) e no [Regulamento de Licitação e Contratos – CODESAIMA/2018](#), as sanções administrativas deverão ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos dos licitantes e contratadas:

I. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

II. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista;

III. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

IV. Não celebrar o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

VII. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VIII. Comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;

IX. Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

21.2 Materializada qualquer das condutas descritas no item 21.1, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§1º - As sanções previstas nos incisos I e III deste *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§2º - Caberá a apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

§3º - As sanções dos incisos II e III somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

21.3 A aplicação da multa deverá observar as seguintes condições:

I. Poderá referir-se à inexecução completa ou parcial de obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora;

II. Não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato licitado;

III. A multa moratória deverá ser apurada por dia de atraso;

IV. Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o contrato poderá ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, da autoridade da unidade de gestão de contratos;

V. Se a multa for aplicada em decorrência de inadimplemento parcial, o percentual deverá ser apurado em razão do valor da obrigação inadimplida;

VI. Caso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, que a empresa poderá exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do [Artigo 416 do Código Civil](#);

VII. A multa poderá ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que houver a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre a empresa e a contratada, aplicando-se a compensação prevista nos [Artigos 368 e seguintes do Código Civil](#).

§1º – A aplicação de multa estará condicionada à tipificação da conduta e previsão da alíquota e base de cálculo no instrumento contratual.

§2º - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva CONTRATADA.

§3º - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

21.4 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados;

IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VI. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VII. Não mantiver a proposta;

VIII. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na [Lei 12.846/2013](#).

21.5 A sanção de suspensão, referida no [inciso III do Artigo 83 da Lei n. 13.303/2016](#), deverá observar os seguintes parâmetros:

I. Se não se caracterizar má-fé, a pena base deverá ser de 6 (seis) meses;

II. Caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deverá ser de 1 (um) ano.

21.6 A pena de sanção será majorada nos seguintes casos:

I. Em 1/2 (um meio), se o apenado for reincidente;

II. Em 1/2 (um meio), se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.

21.7 A pena de suspensão poderá ser atenuada nos seguintes casos:

I. Em 1/4 (um quarto), se o apenado não for reincidente;

II. Em 1/4 (um quarto), se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;

III. Em 1/4 (um quarto), se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;

21.8 A CONTRATANTE deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a [Lei 12.846/2013](#).

22. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

22.1 O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos termos do [art. 81 da Lei 13.303/2016](#), desde que haja interesse da CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como as justificativas adequadas à situação.

23. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

23.1 Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista.

23.2 Pelo término do seu prazo de vigência.

23.3 Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE.

23.4 Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE e esteja autorizado no contrato.

23.5 Pela via judicial ou arbitral.

23.6 Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados no artigo seguinte.

24. HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

24.1 O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

24.2 O atraso injustificado no fornecimento do objeto.

24.3 O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato.

24.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato.

24.5 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

24.6 A fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE.

24.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA.

24.8 Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno.

24.9 O descumprimento do disposto no [inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal](#), que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

24.10 A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na [Lei 12.846/2013](#).

24.11 Inobservância da vedação ao nepotismo.

24.12 Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da CONTRATANTE, direta ou indiretamente.

24.13 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.

24.14 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

24.15 O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo interno, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

§2º - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

25. MATRIZ DE RISCO

25.1 Anexo I deste Termo de Referência.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 O CNPJ da Companhia de Desenvolvimento de Roraima é 05.950.290/0001-58.

26.2 Este procedimento poderá ser revogado total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos participantes em consequência do ato, nos termos do [art. 62, § 1º e § 2º, da Lei 13.303/2016](#).

26.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora Presidente da CODESAIMA ouvidos, se necessário, o Diretor Administrativo e Financeiro, a Procuradoria Jurídica e o Controle Interno.

27. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO

27.1 18501 – Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA.

Data do sistema.

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

Kerlene Sousa Leite

Chefe de Divisão Operacional -DAOP

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Janos Wanderley de Mello Junior

Magarefe

Aprovado:

(assinado eletronicamente)

Ranieri Marinho Soares

Diretor Administrativo e Financeiro

ANEXO I

MATRIZ DE RISCO									
Identificação					Avaliação			Tratamento	
Item	Fase	Evento de risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (P)x(I)	Resposta ao Evento de Risco	Responsável
1	Planejamento	Termo de Referência: falha/inadequação na elaboração do TR, detalhamento e especificações do objeto.	Falta de conhecimento de setor solicitante.	Risco de paralisação do processo na fase de elaboração de edital.	4	3	Elevado	Designar técnico com conhecimento na área referente ao objeto demandado e realizar check-list após a elaboração do Termo de Referência.	Contratante
		Contingenciamento de recurso financeiro no momento da contratação.	Demora na solicitação dos recursos ou não envio do valor.	Paralisação do procedimento licitatório.	4	4	Extremo	Procurar celeridade nos processos a fim de viabilizar recursos a tempo. E, paliativamente, demonstrar a	Contratante

								importância do objeto.	
2	Seleção de Fornecedores	Impugnação da Licitação.	Norma em contrariedade com princípio da igualdade por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais e que visam afastar a competitividade do certame.	Atraso na licitação e contratação do objeto.	4	3	Elevado	Observar os preceitos, normas e princípios legais.	Contratante
		Erro na estimativa dos valores da aquisição de objetos.	Erros de quantitativos e má elaboração do pedido de orçamento.	Super ou subfaturamento dos objetos.	2	2	Médio	Análise e combinação de mercado, para um preço justo. Pedido de orçamento elaborado pela área técnica e área demandante.	Contratante
		Mudança do comportamento de um fornecedor para inviabilizar a vitória dos concorrentes	Percepção do fornecedor que não pode mais ser o vencedor.	Inviabiliza a vitória do concorrente. Tentativa de impugnação. Atraso no processo licitatório.	2	2	Médio	Aplicação de penalidades previstas neste instrumento editalício e convocação do 2º colocado.	Contratante
3	Execução do Contrato	Deixar de atender aos chamados para entrega dos objetos demandados, quando solicitado pela CONTRATANTE	Indisponibilidade de empregados no momento da solicitação devido ao quantitativo disponível no quadro da empresa Contratada ser insuficiente para atender a demanda.	Inexecução parcial do Contrato.	4	4	Extremo	Aplicação de sanções e penalidades à CONTRATADA de acordo com o previsto no Contrato.	Contratada
		Falência e/ou concordata do contratado.	Falha na gestão administrativa e financeira.	Cessaçã antecipada do Contrato, com possibilidade de contratar remanescente. Descontinuidade da entrega dos objetos.	4	4	Extremo	Aplicação de sanções e penalidades à CONTRATADA de acordo com o previsto no Contrato.	Contratada
		Irregularidade fiscal e trabalhista que impossibilite o pagamento dos objetos.	Certidões vencidas (Receita Federal/Dívida Ativa da União, FGTS e INSS).	Atraso no pagamento dos objetos. Poderá ensejar rescisão por descumprimento de obrigações contratuais.	4	4	Elevado	A CONTRATANTE deve notificar a contratada para sanar tais pendências no prazo estabelecido no Contrato.	Contratada
		Não cumprimento do cronograma.		Atraso na entrega dos objetos.	4	3	Elevado	Acompanhamento pelo fiscal do contrato. Caso ocorra, entrar em contato com a empresa imediatamente, e caso persista, rescindir o contrato.	Contratada

Impacto			Escala de probabilidade		
Descritor	Descrição	Nível	Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos	1	Muito Baixo	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1

Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2	Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3	Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4	Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5	Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

ANEXO II

Cronograma de Manutenção Preventiva

SALAS DA SEDE CODESAIMA

SETORES PISO SUPERIOR					
Ítem	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR	1ª MANUTENÇÃO/DATA	MANU
1	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	TECHFRIO	Assessores		
2	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Gabinete/Recepção		
3	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	DFIN- Financeiro		
4	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Controle Interno		
5	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Contabilidade		
6	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	DPLAN		
7	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Diretoria Administrativa e Financeira -Sala do Diretor		
8	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Divisão de Compras		
9	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Diretoria Mineração -Sala do Diretor		
10	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverte	VIX	Copa		
11	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Presidência		
12	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria da Presidência		
13	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Procurador		
14	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Procuradoria Jurídica		
15	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria DIRAF		
16	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria Mineração		
17	Condicionador de ar Split piso-teto; 36.000 btus tecnologia inverter	HISENSE	Sala de Reuniões/Piso superior Sede da Codesaima		

SETORES TÉRREO					
Ítem	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VIX	Psicologia		
2	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VIX	CPL		
3	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Antiga sala do Controle Interno		
4	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	ROYAL	Departamento de Recursos Humanos		
5	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	ELGIN			
6	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	Comunicação		
7	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	DISTRAB/DATEC		
8	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	DIRETORIA DA DATEC		
9	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Assessoria/DATEC		

10	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	GREE	DTI/DATEC		
11	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	Divisão de Apoio Operacional - DAOP		
12	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	Assessoria/DAOP		
13	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Arquivo RH		
14	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	YORK			
15	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	Arquivo/Habitação		
16	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO			
17	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	ELGIN	Atendimento		
18	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	ELETROLUX			
19	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	KHALED	GUARITA		
20	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	PATRIMÔNIO/DEPÓSITO		
21	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	Antiga sala do DFIN - Futura instalações DTI		
22	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	VG	Antiga sala ASS DFIN- Futura instalações do servidor da DTI		
23	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	SOCIAL - (Antiga sala PROJUR)		
24	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	DAE (Antiga sala Gab da residência)		
25	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	DIRETOR HABITAÇÃO/antiga sala da presidência		
26	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DAE/ASS antiga sala de reuniões		
27	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	Sala da OUVIDORIA		
28	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	ASSESSORIA/OUVIDORIA		
29	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DIVISÃO SOCIAL		
30	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DIVISÃO SOCIAL		
31	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	DIVOP/HABITAÇÃO		
32	Condicionador de ar SPLIT 36.000btus	HISENSE	RECEPÇÃO		
33	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	RECURSOS HUMANOS		
34	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	CHEFIA RECURSOS HUMANOS		
35	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	CHEFIA DPHPU		
36	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	Antiga sala Ouvidoria		

UNIDADE USILEITE

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUT
1	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	USILEITE				

UNIDADE MAFIR

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUT
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIOM	MAFIR				

UNIDADE INCUBATÓRIO

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUT
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIOM	INCUBATÓRIO				



Documento assinado eletronicamente por **Kerlene Sousa Leite, Chefe Divisional de Apoio Operacional**, em 26/05/2026, às 12:20, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Janos Wanderley de Mello Junior, Magarefe**, em 26/05/2026, às 12:20, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ranieri Marinho Soares, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 27/05/2026, às 09:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22627668** e o código CRC **AA7A63D6**.